



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

CERTIDÃO DE ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2024

----- Para os devidos efeitos se passa a presente certidão de parte da Ata da Reunião da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, realizada na data abaixo indicada: -----

__Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas 10h00, nesta vila e no Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu, em reunião ordinária pública, a Câmara Municipal, sob a presidência de Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues e com a presença dos vereadores municipais Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Cidália Tavares Simas, Carlos Manuel Melo Pimentel, Emanuel Sousa Medeiros, Pedro Miguel de Guilherme Pacheco Costa e Gonçalo Patrício Fontes Dias, com exceção da Vice-Presidente da Câmara Municipal, Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo, ausente por motivo justificado. -----

----- Secretariou a reunião o Secretário da Vereação, Pedro Henrique Soares Correia. -----

----- Da Ordem de Trabalhos, constante da convocatória e do respetivo edital, faz parte integrante o seguinte assunto: -----

ORDEM DO DIA

(DL N.º 150/2024) - I. N.º 11803/2024 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2025 -----

Pelo Presidente da Câmara Municipal foi introduzida a proposta de deliberação referente ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o Ano de 2025. -----

O Presidente da Câmara Municipal referiu que o orçamento tinha um aumento significativo de 13% (treze), cifrado em 20.284.426,00€ (vinte milhões, duzentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos e vinte e seis euros). Prosseguiu dizendo que o aumento significativo estava relacionado com as obras em curso, nomeadamente a empreitada de construção do edifício multifamiliar da Rua Pão do Vigário com um custo aproximado de 4.000.000,00€ (quatro milhões de euros), e a futura segunda fase de ampliação do parque industrial com o custo de 3.250.000,00€ (três milhões, duzentos e cinquenta mil euros). Mais disse que aguardavam autorização, ansiosamente, para que a segunda fase de ampliação do parque industrial pudesse ser executada com recurso a fundos comunitários, tendo efetuado diligências nesse sentido. Prosseguiu informando que a autarquia adquiriu um prédio rústico ao lado do cemitério com o intuito de contruírem uma capela mortuária de apoio e um espaço de estacionamento. Referiu que haveria um aumento no pessoal, nomeadamente aumentos de salários de alguns colaboradores, em função do tempo de carreira decorrido, estimando um aumento de 76.000,00€ (setenta e seis mil euros), assim como resultado do ajuste do salário mínimo. Prosseguiu dizendo que apresentou a proposta à Professora Eugénia Leal, representante do Partido Social Democrata, demonstrando disponibilidade para receber propostas, mas tendo em conta que o saldo de gerência seria superior a 4.000.000,00€ (quatro milhões de euros). Realçou que havia uma diferença entre apresentar propostas candidatáveis a fundos comunitários e outras que não poderiam ser. Mais disse que o orçamento recebeu o parecer favorável do FAM, sendo apresentando em sessão de câmara



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

para ser deliberado, seguidamente, na sessão seguinte da Assembleia Municipal. -----

O vereador municipal Emanuel Medeiros recordou que, no passado, dizia que os orçamentos apresentados eram cópias dos orçamentos anteriores, não sendo o caso do orçamento que estavam a discutir no presente ano. Prosseguiu dizendo que algumas das propostas constantes no documento iam ao encontro de propostas sugeridas pelo PSD anteriormente, estando algumas já em execução, e que melhorariam a qualidade de vida dos cidadãos. Congratulou a Câmara Municipal pela reabilitação de uma significativa parte de algumas vias do concelho, havendo ainda algumas a necessitar de intervenção urgente, nomeadamente no parque industrial, recordando que foram informados, anteriormente, que as obras seriam executadas quando terminassem as obras da segunda fase de ampliação do parque industrial, mas com a consciência que tal conclusão demoraria tempo. Realçou que as ruas estavam bastantes degradadas e necessitavam de intervenção urgente, de modo a não prejudicar o comércio das lojas e empresas locais. Relativamente à política habitacional da Câmara Municipal, realçou que o orçamento ia ao encontro de uma carência grave no concelho, mas que, com a construção dos apartamentos na Rua Pão do Vigário, acrescido aos apartamentos em construção na Rua dos Foros, do Governo Regional, ajudariam a colmatar uma parte do problema relacionado com a falta de habitações no concelho, sobretudo para casais jovens. Referiu ser positiva a futura ampliação do cemitério, bem como a construção de uma capela mortuária e parque de estacionamento. Referiu que assumia que o projeto do acesso alternativo à ermida de Nossa Senhora da Paz estaria em execução, recordando que a ermida passaria a santuário mariano no início do ano seguinte e que a afluência de pessoas deveria aumentar consideravelmente, sendo importante a questão da mobilidade. Relativamente à futura aquisição e disponibilização de contentores de reciclagem para cada moradia, era uma boa medida, estando já em prática noutros concelhos, e ajudaria a colmatar o problema relacionado com a falta dos contentores públicos que foram retirados, justificadamente, nalguns pontos do concelho. Recordou a construção dos diversos parques de estacionamento construídos durante o ano e que ajudavam a colmatar o problema de falta de estacionamento no concelho. Prosseguiu salientando que uma parte considerável do investimento seria dedicado às freguesias de São Pedro e São Miguel, mas que as restantes freguesias e as propostas apresentadas pelos seus respetivos presidentes, não deveriam ser esquecidas, sobretudo Ponta Garça e a construção de uma via alternativa, uma antiga reivindicação, e apelando para que o Presidente da Câmara Municipal pressionasse o Governo Regional para que fosse incluída nos planos e orçamento da região. Prosseguiu salientando que os habitantes de Ponta Garça, no presente, demoravam mais tempo a chegar ao centro do concelho, do que demorariam numa viagem do centro do concelho até Ponta Delgada, sendo uma situação lamentável. -----

O Presidente da Câmara Municipal agradeceu e informou que tinha conversado, recentemente, com o Governo Regional, sobre a construção de uma via alternativa em Ponta Garça. Referiu que, após terem conhecimento que seria construída na zona conhecida como PPA, informaram o Governo Regional que discordavam, tendo em conta que qualquer via alternativa possibilitava, igualmente, uma eventual expansão urbana e a construção de novas moradias, o que não seria o caso se fosse construída onde era proposto. Mais disse que o Governo Regional concordou com os argumentos apresentados e que estavam em conversações, muito iniciais, e desejando que as mesmas tivessem ocorrido quatro anos antes, aquando do anúncio feito pelo atual Presidente do Governo Regional. Prosseguiu referindo que o orçamento regional destinado a Vila Franca do Campo em 2025 seria bastante exíguo e nada significativo, comparativamente a outros municípios, tendo mencionado tal



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

facto na respetiva sessão do Conselho de Ilha, tendo votado contra. Referiu que seria possível, em princípio, executar outras asfaltagens antes do ano terminar, nomeadamente em Santo André e na via ao lado da igreja de Ponta Garça. Prosseguiu dizendo que tinham expetativa que a ampliação do parque industrial já estivesse em execução, mas que ainda não havia aprovação dos fundos comunitários, e sendo impossível desencadear o processo considerando que a autarquia não possui o montante necessário superior a três milhões de euros, o que estava a causar um atraso significativo na obra e, conseqüentemente, a alcatroagem posterior das vias. Mais disse que se atrasasse muito mais, havia alguma folga orçamental, resultado de uma gestão rigorosa dos recursos, e que permitiria uma alcatroagem. Recordou que, tal como previu, com as obras consideráveis em habitações, estimada em quatro milhões de euros, e com a ampliação do parque industrial, estimada em três milhões, tinham consciência que, primeiramente, tinham de pagar para receber, e que, em segundo lugar, para receber, nunca era no mesmo timing do pagamento, referindo que o IHRU já estava a dever, à autarquia, cerca de oitocentos mil euros, e não prevendo que fosse pago a curto prazo. Mais disse que, se não tivessem guardado o dinheiro em caixa, tal complicaria severamente o desenvolvimento das obras. Realçou que o IHRU estava assoberbado com trabalho e os seus recursos não eram compatíveis com a grande quantidade de projetos que todo o país fez relativamente a novas habitações. ----- Colocada à votação a proposta de deliberação, foi aprovada por maioria (com três abstenções do PSD). -----

Vila Franca do Campo, 10 de dezembro de 2024

A Técnica Superior

Assinado por: **CRISTINA DA CONCEIÇÃO DUQUE MARTINS**

Num. de Identificação: 12629145

Data: 2024.12.10 11:40:18-01'00'
